CATEGORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

PROGRAMA DE
REGIONALIZAÇÃO
DO TURISMO

PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DILMA ROUSSEFF

MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO
HENRIQUE EDUARDO ALVES

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
ALBERTO ALVES

SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO
JÚNIOR COIMBRA

SECRETÁRIO NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
NEUSVALDO LIMA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PRODUTOS E DESTINOS
WILKEN SOUTO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
JOSÉ FRANCISCO LOPES

COORDENADOR-GERAL DE ESTRUTURAÇÃO DE DESTINOS
CRISTIANO BORGES

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
NEIVA DUARTE

COORDENADOR-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PAULO LEMOS

CATEGORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

FICHA TÉCNICA
MINISTÉRIO DO TURISMO

Coordenação-Geral
Wilken Souto
Diretor do Departamento de Produtos e Destinos
José Francisco Lopes
Diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas
Cristiano Borges
Coordenador-Geral de Estruturação de Destinos

Coordenação Metodológica e Estatística
Daniel Pires Vieira
Assessor da Secretaria Executiva
Alan Cairo Ferreira Rosa
Estatístico
Neiva Duarte
Coordenadora-Geral de Estudos e Pesquisas

Equipe Técnica
Bruno César de Souza
Assistente
Carolina Fávero
Agente Administrativo
Fabiana Oliveira
Coordenadora de Segmentação da Oferta Turística
Gabryelle Siqueira
Estagiária
Isaura Faiad
Técnica de Nível Superior
Samarina Carreira
Agente Administrativo
Sáskia Lima
Assessora da Secretaria Executiva

Equipe de Tecnologia da Informação
Paulo Roberto de Souza Lemos
Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação
Leonardo Corrêa Schuch
Gerente de Manutenção de Sistemas
Marta Regina Santana
Gerente de Manutenção de Sistemas
José Wilton Alves da Costa
Administrador de Banco de Dados
Leandro Max de Lima Silva
Analista em Tecnologia da Informação
Rodrigo de Lima Maicá
Implementador
Welder Almeida de Oliveira
Agente Administrativo

Contribuições Internas
Darse Júnior
Assessoria de Comunicação
Erika Melissa Oliveira F. Nassar
Assessoria Especial do Ministro
Gilce Zelinda Battistuz
Coordenadora-Geral de Informações Gerenciais
Isabel Barnasque
Coordenadora-Geral de Sustentabilidade
Ítalo Mendes
Assessor Especial do Ministro
Jun Alex Yamamoto
Diretor de Programa
Manoelina Medrado
Consultora Jurídica

Equipe de Apoio
Débora Faria
Agente Administrativo
Gabriela Cabral
Estagiária
Nayra Larissa Douets
Secretária
Patrícia Castro
Analista Técnico Administrativo
Tais Carvalho
Técnica de Nível Superior

Outras Áreas Consultadas
Coordenação-Geral de Competitividade e Inovação/DEPROD/SNPTur
Coordenação-Geral de Programas de Incentivo a Viagens/DEPROD/SNPTur
Coordenação-Geral de Proteção à Infância/SNPTur
Coordenação-Geral de Sustentabilidade/DEPROD/SNPTur
Coordenação-Geral do Conselho Nacional do Turismo
Coordenação-Geral de Análise de Projetos/SNPTur
Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo/SNPDTur
Departamento de Gestão Estratégica/SE
Departamento de Marketing Nacional/SNPTur
Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo/SNPDTur
Departamento de Qualificação e Certificação e Produção Associada ao Turismo/SNPDTur
Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR

CONTRIBUIÇÕES EXTERNAS

Representantes de Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades da Federação
Clarissa Valadares Xavier
SETUR/DF
Cristina Feijó
SETUR/RS
Deise Bezerra
Paraná Turismo/PR
Elísia Cristina de Vasconcelos
Amazonastur/AM
Flávia Ribeiro
SETES/MG
Jordan Gouveia
Amazonastur/AM
Joyce Coelho
SETUR/ES
Luciano Guimarães
Goiás Turismo/GO
Renato Lobo
SETUR/AL
Solange Portela
SETUR/RN

Câmara Temática de Regionalização do Conselho Nacional de Turismo
Ana Paula Siqueira
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
Camila Beraldo
Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação
Cláudia de Paula
Ministério do Desenvolvimento Agrário
José Osório Naves e Romulo Bustamante
Confederação Nacional do Turismo
Juno Alexandre Vieira
Confederação Nacional dos Municípios
Marcelo Iannini
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Priscila Barros
Ministério da Cultura
Rita Michelon
Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo
Thiago Cantalice
Ministério do Desenvolvimento Agrário

Outras Contribuições
Vinicius Lages
Ex-Ministro de Estado do Turismo
Adriana Holanda
Ex-Chefe de Gabinete do Ministro do Turismo
Daniela Fantoni
Ex- Diretora do Departamentos de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo/SNPDTur
Edenir Luis Belluc e Manoel Pedro Leal
Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais
Helena Costa
Ex-assessora Especial do Ministro de Estado do Turismo
Karlla Karolline Vieira Bastos
Administradora
Philippe Fiqueiredo
SEBRAE Nacional

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Comissão de Desenvolvimento Regional de Turismo do Senado Nacional
Conselho Nacional de Turismo
e Câmara Temática de Regionalização
Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades da Federação e Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização
Tribunal de Contas da União/Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 9

1. INTRODUÇÃO 11

2. CATEGORIZAÇÃO 15

2.1 O QUE É 15

2.2 QUAL O OBJETIVO 15

2.3 PARA QUER SERVE 15

2.4 GANHOS ESPERADOS 15

2.5 METODOLOGIA 16

2.6 RESULTADOS 18

2.7 MODOS DE USO 21

3. A CATEGORIZAÇÃO E OS DESTINOS INDUTORES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL 23

REFERÊNCIAS 26

APRESENTAÇÃO

Para implementar políticas públicas de forma eficiente é preciso respeitar as peculiaridades e especificidades de cada região e entender o papel de cada município no processo de desenvolvimento regional do turismo.

A Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro é um avanço da Política Nacional do Turismo e um importante passo para a implementação das novas diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo. É um instrumento técnico, arrojado e inovador, que pode auxiliar a tomada de decisões de gestores, nos âmbitos federal, estadual, regional e municipal, e mudar a forma de pensar e implementar a política pública de turismo no Brasil.

Espera-se, a partir de agora, um grande movimento nacional, capaz de provocar uma reflexão acerca da composição das regiões turísticas do Mapa do Turismo e aperfeiçoar a gestão do turismo no Brasil.

Henrique Eduardo Alves
Ministro de Estado do Turismo

1. INTRODUÇÃO

Nas Estratégias de Implementação das novas Diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo[1] identificou-se que o Mapa do Turismo Brasileiro, mesmo com o seu processo evolutivo e de amadurecimento, enfrentava limitações para a tomada de decisões estratégicas, de forma a otimizar e orientar a atuação do Governo Federal para o desenvolvimento e gestão do turismo no Brasil.

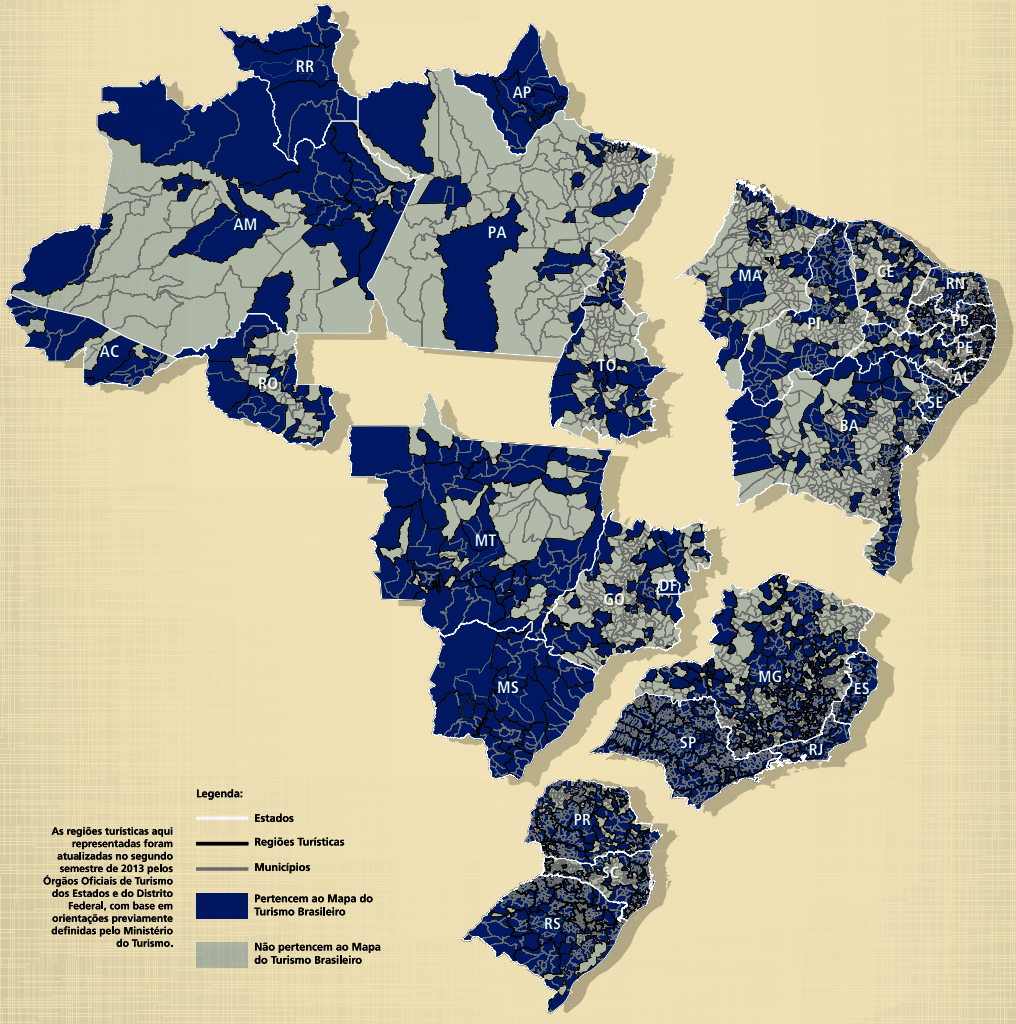
Diante disso, em 2013, o primeiro passo adotado para a retomada do processo de regionalização do turismo do País foi a realização do remapeamento das regiões turísticas brasileiras. O mapa foi atualizado pela quarta vez e instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013. Entre os critérios adotados para o novo mapeamento estão: possuir oferta turística dentre os municípios que as compõem; possuir características similares e/ou complementares e aspectos que identifiquem os municípios que compõem as regiões (identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica); e ser limítrofes e/ou distribuídos de forma contígua (próximo, junto ou adjacente). O atual mapa possui, então, 303 regiões turísticas que contemplam 3.345 municípios.

[1] BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes. MTur. Brasília:2013, p. 41.

Figura 1 - Mapa do Turismo Brasileiro 2013

303 Regiões Turísticas

3.345 Municípios



Fonte: BRASIL, Ministério do Turismo. Disponível em: <www.turismo.gov.br>.

Como orientação estratégica o Programa de Regionalização do Turismo foi instituído pela Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013, e prevê entre seus objetivos:

> II - estabelecer critérios e parâmetros para a definição e categorização dos municípios e das regiões turísticas, de modo a gerar indicadores de processos, resultados e de desempenho como ferramentas de apoio à tomada de decisão técnica e política;

O Art. 5º da mesma portaria define as estratégias de implementação do Programa de Regionalização do Turismo, entre elas a categorização. O que se previu naquele momento foi aferir o desenvolvimento turístico dos municípios e das regiões turísticas a partir de critérios de atratividade e de organização do setor, por meio de uma matriz diagnóstica, a partir dos eixos de atuação do Programa de Regionalização. Contudo, com base nos estudos desenvolvidos pelo Ministério do Turismo e nas experiências adotadas por vários estados brasileiros a partir dessa orientação, percebeu-se pouca eficiência na categorização de municípios por meio da coleta de dados primários e critérios, muitas vezes, subjetivos e abrangentes. A coleta e atualização desses dados geraram ônus que as estruturas públicas em âmbitos municipais, estaduais e federal não são capazes de absorver. Dessa forma, optou-se por uma nova interpretação para a categorização, com base em variáveis objetivas, a partir de dados secundários[2].

A categorização que aqui se apresenta é uma proposta inicial e experimental, de caráter piloto. O que se pretende, agora, é que Governo Federal, es-

[2] Dados secundários: consiste na utilização de informações já existentes em diversas fontes.

tados e municípios possam adotar este instrumento como orientação para fins de implementação e gestão de políticas públicas de turismo, considerando as suas várias possibilidades de uso. Como é um processo dinâmico, os aprimoramentos devem ser realizados sempre que necessário.

Vale destacar que esta proposta soma-se a outros instrumentos já existentes, de modo a permitir uma definição dos papéis de cada município das regiões turísticas contidas no Mapa do Turismo Brasileiro e uma reflexão em torno desse mapa.

A relevância do processo de categorização vem sendo reconhecida por diversas instâncias. O recente Relatório da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, que avaliou a política de "Estruturação dos Destinos Turísticos", recomendou a categorização como ponto essencial para a melhoria dessa política e para o aperfeiçoamento da forma de distribuição de recursos públicos. A mesma importância foi vista pelos membros da Câmara Temática de Regionalização do Conselho Nacional de Turismo.

O Tribunal de Contas da União, por meio de sua área técnica, também expressou sua aprovação à proposta, por considerar essencial a criação de parâmetros mais claros para a distribuição de recursos públicos e a priorização de ações para implementação da Política Nacional de Turismo.

É importante informar, também, que o Mapa, a partir de agora, é eletrônico, dinâmico e georreferenciado e está disponível no Portal do Ministério do Turismo www.turismo.gov.br ou diretamente pelo link www.mapa.turismo.gov.br.

2. CATEGORIZAÇÃO

2.1. O QUE É

É um instrumento para identificação do desempenho da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Foi instituída por meio da Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015.

2.2. QUAL O OBJETIVO

Categorizar os municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído a partir do Programa de Regionalização do Turismo.

2.3. PARA QUE SERVE

Subsidiar a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orientar a elaboração e a implementação de políticas específicas para cada categoria de municípios, de modo a atender suas especificidades, a partir do desempenho de sua economia do turismo.

2.4 GANHOS ESPERADOS

Entre os diversos resultados que se espera com o processo de categorização turística, destacam-se:

- Elaboração e implementação de políticas públicas, respeitando as peculiaridades e especificidades dos municípios e considerando as categorias em que se enquadram;

- Adoção da ferramenta pelas Unidades Federadas, regiões turísticas e seus municípios, como instrumento para subsidiar a tomada de decisão e aperfeiçoamento da gestão do turismo no Brasil;
- Atualização do Mapa do Turismo Brasileiro e reflexões sobre o papel de cada município no processo de regionalização;
- Revisão das regras e critérios do Ministério do Turismo para formalização de instrumentos de transferências voluntárias de recursos para apoio a programas, projetos e ações que visam o desenvolvimento do turismo, com vistas à eficiência alocativa de recursos públicos.

2.5. METODOLOGIA

Considerando a amplitude do universo de estudo, decidiu-se pela realização de uma análise quantitativa a partir de dados secundários disponíveis ao Ministério do Turismo – MTur. Diante disso, optou-se pela utilização da análise de cluster (ou de agrupamento). A análise de cluster é uma técnica estatística multivariada que tem como objetivo dividir os elementos de uma amostra em grupos, de forma que elementos pertencentes a um mesmo grupo sejam similares entre si, com respeito às variáveis (características) que neles foram medidas, e que elementos em grupos diferentes sejam heterogêneos em relação a estas mesmas características (MINGOTI, 2005).

Entende-se, assim, que a análise de cluster é apropriada para a consecução do objetivo inicialmente proposto, na medida em que possibilita a categorização dos diferentes municípios do Mapa do Turismo Brasileiro, de acordo com as variáveis selecionadas.

A seleção das variáveis foi orientada pelos seguintes critérios:

Vínculo – relação direta com a atividade turística;

Disponibilidade – dados acessíveis ao MTur;

Comparabilidade – dados que possibilitem a comparação objetiva entre os municípios do universo a ser estudado;

Abrangência – dados disponíveis para o universo de estudo;

Atualização – possibilidade de atualização periódica dos dados.

A partir desses critérios foram selecionadas inicialmente quatro variáveis, considerando sua relação com a economia do turismo:

Tabela 1 – Variáveis selecionadas para a categorização dos municípios do Mapa do Turismo Brasileiro

Variável	Fonte da coleta
Número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / Ministério do Trabalho e Emprego
Número de empregos formais no setor de hospedagem	
Estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Doméstica	Estudo da Demanda Doméstica - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE /MTur
Estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Internacional	Estudo da Demanda Internacional – FIPE/MTur

Para a realização das análises estatísticas não foram incluídas as capitais das Unidades da Federação (UFs) por se tratarem de casos extremos que influenciariam a criação dos grupos. Também não foram incluídos nas análises os municípios

que apresentaram valores zerados para as quatro variáveis selecionadas, uma vez que esse grupo, por ser altamente concentrado, possuiria influência sobre a formação dos agrupamentos e dificultaria as análises posteriores.

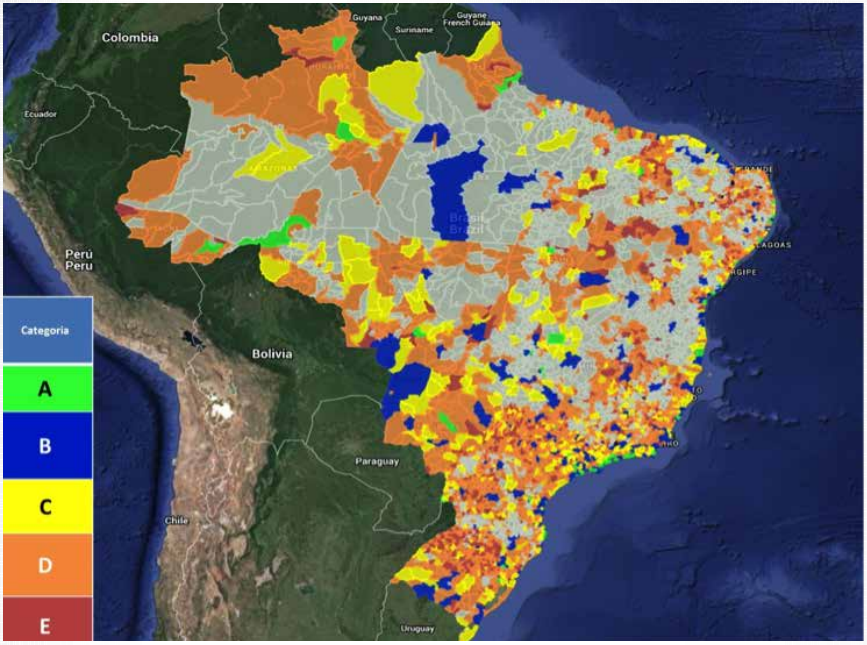
Cumpre destacar que a técnica de análise proposta, assim como os dados utilizados, não consideraram aspectos subjetivos a respeito dos destinos. Nesse sentido, não se realiza qualquer julgamento ou comparação sobre a atratividade, a qualidade ou a potencialidade turística dos municípios, mas tão-somente o agrupamento dos municípios a partir das variáveis selecionadas.

2.6 RESULTADOS

Foram formados, então, 5 grupos. Os municípios de um mesmo agrupamento possuem características semelhantes em termos de desempenho da economia do turismo, mensurado a partir das variáveis número de estabelecimentos e empregos formais no setor de hospedagem e estimativa de fluxos turísticos domésticos e internacionais. A Figura 2 apresenta a categorização dos municípios inseridos no Mapa da Regionalização.

Os 5 grupos foram divididos em A, B, C, D e E. Vale destacar que como as características (médias) das 27 capitais das Unidades Federativas – UFs são similares às do agrupamento A, elas foram consideradas como integrantes desse grupo. Os municípios que apresentaram valores zerados nas quatro variáveis deram origem ao quinto grupo, denominado de E. A Tabela 2 apresenta as características dos municípios inseridos nos diferentes grupos, a partir da média das variáveis utilizadas nas análises. Os grupos são denominados, a partir de agora, de categorias:

Figura 2: Mapa do Turismo Brasileiro categorizado



Fonte: BRASIL, Ministério do Turismo. Disponível em <www.mapa.turismo.gov.br>.

Tabela 2 – Caracterização das categorias a partir das variáveis

Categoria	Nº de municípios	% de municípios do mapa	Valor Médio (não padronizado)			
			Qtd. empregos formais de hospedagem	Qtd. estabelecimento formais de hospedagem	Estimativa de turistas internacionais	Estimativa de turistas domésticos
A	51	1,52%	2.401	190	140.474	1.775.071
B	167	4,99%	458	36	7.535	235.855
C	504	15,1%	98	11	587	58.851
D	1.841	55,04%	11	2	0	9.041
E	782	23,38%	0	0	0	0

Ao analisar a tabela acima se verifica que a categoria A ficou com 51 municípios (1,5%), a B com 167 municípios (5%), a C com 504 municípios (15%), a D com 1.841 municípios (55%) e a E com 782 municípios (23%). Nota-se que os valores médios assumidos pelas variáveis dos diferentes grupos são bastante diferentes, o que permite argumentar que há heterogeneidade entre os casos inseridos nas diferentes categorias. Adicionalmente nota-se que os valores médios podem ser ordenados de forma crescente ou decrescente de acordo com as diferentes variáveis, sem alterar a ordem das categorias.

Observa-se uma grande concentração de casos nas categorias D e E que, de forma conjunta, representariam mais de 75% dos municípios analisados. Entende-se que esse resultado reflete a realidade, uma vez que, na grande maioria dos casos, o turismo encontra-se em estágio inicial, o que é refletido a partir do desempenho nas variáveis selecionadas para análise. Cumpre destacar que os municípios da categoria E apresentaram valores zerados para as quatro variáveis empregadas nas análises.

Por outro lado, nota-se que os municípios inseridos na categoria A (incluídas as capitais) respondem por 47% da estimativa de fluxo de turistas domésticos e 82% da estimativa de fluxo de turistas internacionais do Brasil. Se somadas, as categorias A e B respondem por 68% da estimativa do fluxo de turistas domésticos e por mais de 96% da estimativa do fluxo de turistas internacionais no País.

2.7 MODOS DE USO

Não restam dúvidas quanto à importância da categorização dos municípios do Mapa do Turismo Brasileiro. A categorização ora apresentada poderá ser utilizada pelas Unidades da Federação e regiões turísticas e, em alguns casos, complementar ou até mesmo substituir a forma de categorização ou avaliação dos seus municípios.

Na medida em que é um instrumento para subsidiar o processo de gestão pública e orientar a implementação de políticas de turismo, específicas para cada categoria de municípios, a categorização pode ter várias formas de uso. A depender da estratégia de desenvolvimento, poder-se-á focar em ações específicas para os municípios agrupados nas categorias B e C, por exemplo. Pode-se, também, definir estratégias e ações específicas para fortalecer os municípios agrupados nas categorias D e E. Assim como pode-se definir políticas e estratégias específicas para os municípios A.

Ou seja, a forma de utilização deverá respeitar a estratégia de gestão, considerando os resultados que se pretende alcançar.

3. A CATEGORIZAÇÃO E OS DESTINOS INDUTORES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL

Em busca da priorização de destinos para alocação de esforços e recursos para o desenvolvimento ordenado do turismo, o Plano Nacional de Turismo 2007-2010 priorizou 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional e estabeleceu como uma de suas metas estruturá-los para obtenção de padrão de qualidade internacional, em um período de quatro anos.

Esses destinos foram definidos com base em dados do Plano de Marketing Turístico Internacional elaborado pela EMBRATUR – Plano Aquarela e, também, de acordo com as prioridades de vários outros órgãos federais entre os quais o Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Ministério dos Transportes, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social. Foi uma tentativa de convergir os esforços do Governo Federal, por meio de uma atuação sinérgica e coordenada.

Após oito anos, pode-se afirmar que tais destinos vêm, a cada dia, amadurecendo e evoluindo, no que se refere ao desenvolvimento da atividade turística e à competitividade, considerando as treze dimensões que são avaliadas anualmente pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional, uma parceria do Ministério do Turismo e SEBRAE, executada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Contudo, detectou-se por meio dos estudos do Índice de Competitividade do Turismo Nacional que muitos desses destinos ainda não são capazes de atrair e distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido, como inicialmente era esperado.

Diante disso e com a avaliação participativa do Programa de Regionalização do Turismo, sua reestruturação em oito eixos estratégicos e o lançamento de suas novas diretrizes, a categorização turística dos municípios foi proposta como um dos passos necessários para a implementação do Programa e, consequentemente, para a estruturação de destinos turísticos.

Assim, a categorização é fruto do amadurecimento do processo de gestão descentralizada adotado pela regionalização do turismo do País. Amplia-se o olhar para todos os municípios do Mapa do Turismo Brasileiro, mas, ao mesmo tempo, respeita-se o desempenho da economia do turismo de cada um, assim como suas peculiaridades e especificidades.

Dessa forma, mantém-se a amostra territorial dos 65 destinos para compor as pesquisas do Índice de Competitividade do Turismo Nacional e realizar análises e intepretações das mais variadas naturezas, considerando sua série histórica de dados. Porém, o instrumento que irá, a partir de agora, nortear a atuação do Governo Federal para fins de elaboração e implementação de políticas públicas de turismo, passa ser a categorização.

Ressalta-se que essa nova forma de olhar as regiões turísticas brasileiras, por meio da categorização de seus municípios, não invalida os processos e

nomenclaturas já adotados por algumas Unidades da Federação, mas oferece um instrumento complementar que permitirá aprofundar as análises e reflexões necessárias para a promoção do desenvolvimento do turismo.

A formação de capital social, por meio de um processo de capacitação previsto como ação operacional do Programa, se fará pela ação articulada da Rede Nacional de Regionalização, contemplando as entidades do Sistema Nacional de Turismo[3]. O fomento às regiões municípios também está previsto, preferencialmente por meio de chamadas públicas com critérios claros e específicos para cada tipo de categoria.

É o início de um novo ciclo, de um novo olhar para o processo de desenvolvimento regional do turismo no Brasil.

[3] Conforme Art. 8º da Lei 11.771/2008, o Sistema Nacional de Turismo é formado pelo Ministério do Turismo, como órgão central; Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo); Conselho Nacional de Turismo e Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Poderão ainda integrar ao Sistema: os fóruns e conselhos estaduais de turismo, os órgãos estaduais de turismo e a as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais de turismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. Disponível em <www.cnae.ibge.gov.br>.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais 2013. Brasília: MTE, 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. Estudo da Demanda Turística Internacional 2007-2013. Brasília: MTur, 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. Estudo da Demanda Turística Doméstica 2012. Brasília: MTur, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. Mapa do Turismo Brasileiro. Brasília: MTur, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Método para a Categorização do Mapa do Turismo Brasileiro. Brasília: MTur, 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010. Brasília: MTur, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016. Brasília: MTur, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria MTur nº 105, de 16 de maio de 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes. Brasília: MTur, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Brasília: MTur, 2009.

MINGOTI, S. A. Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Ministério do
Turismo

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA